



SENADO FEDERAL

EMENDA

Nº 2 - PLEN

(À PEC nº 43, de 2013)

Art. 1º Dê-se à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2013, a seguinte redação:

“Dá nova redação ao § 2º do art. 55, da Constituição Federal, abolindo a votação secreta nos processos de cassação de mandato parlamentar.”

Art. 2º Suprimam-se as alterações propostas pelo art. 1º da PEC nº 43, de 2013, aos arts. 47, §§ 1º e 2º; art. 52, inc. III, IV, XI; e ao art. 66, § 4º, da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A PEC nº 43, de 2013, que tem o nobre deputado Fleury como primeiro signatário, objetiva alterar a Constituição Federal para estender o voto aberto a todas as deliberações do Congresso Nacional e de suas Casas legislativas, tornando, ainda, expressamente proibido o voto secreto, inclusive nas Assembleias legislativas e Câmaras municipais e distrital.

A proposta é antiga, apresentada em 2001. O resgate do seu processo legislativo foi recentemente impulsionado em virtude da enorme repercussão negativa da decisão da Câmara dos Deputados pela manutenção do mandato de determinado parlamentar condenado à prisão em regime fechado, criando, no imaginário popular, a figura do “presidiário com mandato”. Como resposta a um erro cometido, a Câmara aprovou essa PEC tal como apresentada.

Trata-se, porém, de proposta excessiva. O voto secreto é plenamente compatível com o regime democrático e republicano. Esse instituto preserva, sobretudo, a autonomia do mandatário popular em deliberações sensíveis, o que vai ao encontro da plena independência do Poder Legislativo face aos demais Poderes republicanos. É, em última análise, uma proteção da própria sociedade, que ali se faz representada.

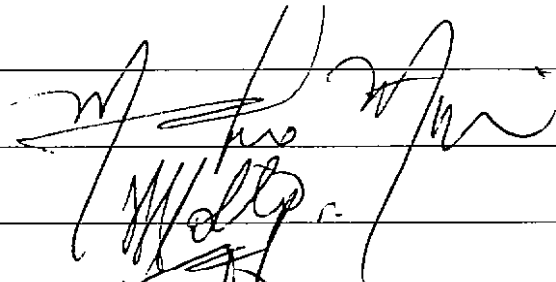
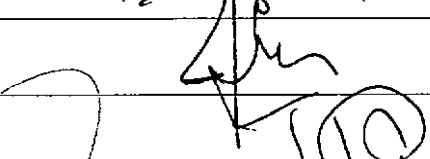
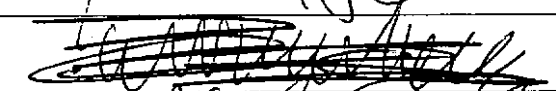
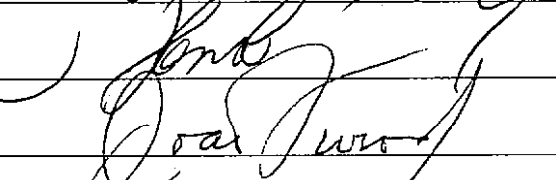
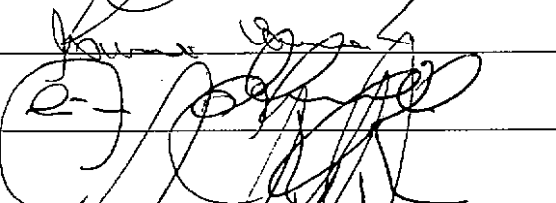
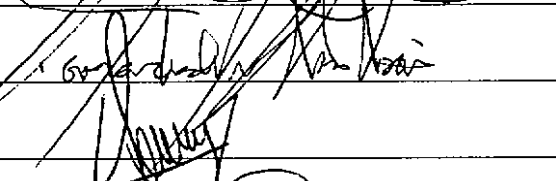

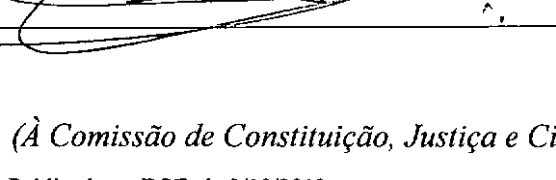
Reconhecemos, no entanto, que o voto secreto em deliberações como a de cassação de mandatos parlamentares merece mudanças para se adequar aos anseios sociais contemporâneos. Nessa hipótese, a manifestação do parlamentar deve ser ostensiva, para que a própria sociedade tenha condições de exercer a fiscalização democrática sobre a atuação de seu representante, especialmente em situações em que a ética e o decoro devem ser evidenciados e preservados.

Além disso, há um aspecto de autopreservação institucional a ser considerada nessa proposta. Somos, com efeito, inclinados a discordar das alterações ao art. 52 da Constituição Federal, que versa sobre atribuições privativas do Senado Federal. Esta Casa tem o dever republicano de zelar pela preservação de suas próprias atribuições, todas fixadas pelo poder constituinte originário.

Dessa forma, por entendermos que o voto secreto deve ser mantido em determinadas manifestações parlamentares como forma de resguardar a independência do Poder Legislativo, propomos a presente Emenda à PEC 43, de 2013, na expectativa de que essa discussão não seja conduzida de forma açodada e irresponsável.

Sala das Sessões, em de setembro de 2013.

	ASSINATURA	PARLAMENTAR
1.		Álvaro Norz
2.		Adriano Dias
3.		Barbosa
4.		Ruy F. Aires
5.		Zete Pereira
6.		J. M. W.
7.		Wilmar Morris
8.		Valdir Raupp
9.		GIM
10.		Cyro Miranda
11.		Alfredo Vasconcelos
12.		Eduardo Pereira
13.		Antonio Carlos Lourenço
14.		Eduardo Braga
15.		Eulício Oliveira
16.		Manoel
17.		Manoel

18.		MAGNO MALTA
19.		OSVALDO ROSA
20.		LOBAO
21.		ELINSEDO LOPES
22.		F. DONNEL
23.		
24.		IOV CASSOL
25.		JOÃO DURVAL
26.		JUNIOR OLIVEIRA
27.		CECILIO ZUCENA
28.		CASSIO C. LIND
29.		FLEXO RIBEIRO
30.		ACIR GURGAS
31.		ANA ANULIE (PP/RS)
32.		PAULO BAUM
33.		MOZARILDO
34.		

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 3/10/2013